

Danyelle Galvão

PRECEDENTES JUDICIAIS NO PROCESSO PENAL

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

Precedentes Judiciais no Processo Penal / Danyelle Galvão São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
304 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-466-8

1. Direito Processual Penal. 2. Jurisprudência. 3. Precedentes Judiciais. I. Galvão, Danyelle. II. Título.

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DAS SIGLAS.....	27
INTRODUÇÃO.....	29
<i>Capítulo 1</i>	
PREMISSAS SOBRE OS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	33
<i>Capítulo 2</i>	
PRECEDENTES JUDICIAIS: BREVE CONCEITUAÇÃO.....	45
2.1 Jurisprudência, súmula, precedente Judicial: distinção necessária	47
2.2 Razões para a observância dos precedentes judiciais no Brasil.....	53
2.2.1 Outras razões para a observância de precedentes judiciais no direito penal e processual penal	60
2.3 Os efeitos dos precedentes judiciais: vinculante e persuasivo	65
2.4 A motivação da decisão Judicial na formação do precedente	71
2.5 <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	76
2.6 Decisões judiciais não motivadas e a relação com precedentes judiciais – análise do art. 315, § 2º, incs. V e VI, do CPP e 489, § 1º, incs. V e VI, do CPC....	82
2.6.1 Decisão que se limita a invocar enunciado de súmula ou precedente judicial (art. 315, § 2º, Inc. V, do CPP).....	85
2.6.2 Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente Judicial invocado pela parte (art. 315, § 2º, inc. VI, do CPP)	90
2.7 Interpretação e aplicação dos precedentes judiciais	96
2.7.1 <i>Distinguishing</i> como técnica de confronto e aplicação dos precedentes judiciais.....	97
2.7.2 <i>Overruling</i> como técnica de superação do precedente	103
2.8 Deveres de coerência, estabilidade, publicidade, integridade e uniformização de jurisprudência – Apontamentos sobre o art. 926 do CPC/15.....	108
<i>Capítulo 3</i>	
OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO PROCESSO PENAL.....	117
3.1 Precedentes judiciais e os princípios do contraditório e da publicidade.....	125

3.1.1	Admissão de <i>amici curiae</i> e audiências públicas para ampliação do debate na formação de precedentes judiciais	127
3.1.2	Importância da publicidade para a efetivação do contraditório	131
3.2	As decisões de observância obrigatória no processo penal	137
3.2.1	Decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	138
3.2.2	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR.....	146
3.2.2.1	Requisitos de cabimento do IRDR.....	152
3.2.2.2	Sobre o caso-piloto ou representativo da controvérsia	156
3.2.2.3	Procedimento para instauração e admissibilidade do IRDR	157
3.2.2.4	Debate sobre a suspensão obrigatória de todos os processos sobre a mesma questão jurídica.....	161
3.2.2.5	Procedimento após a admissão do IRDR	166
3.2.2.6	Julgamento do IRDR e recursos cabíveis	170
3.2.2.7	Revisão ou superação do entendimento fixado em IRDR....	174
3.2.3	Incidente de Assunção de Competência – IAC	176
3.2.4	Recursos Especial e Extraordinário repetitivos	192
3.2.5	A orientação do plenário ou do órgão especial dos Tribunais aos quais os juízes estiverem vinculados.....	206
3.2.5.1	Casos individuais afetados ao Plenário/Corte Especial por indicação do relator ou deliberação das Turmas (recursos especiais e extraordinários, habeas corpus, recursos em habeas corpus e mandado de segurança).....	212
3.2.5.2	Decisões proferidas em recursos de embargos de divergência	234
3.2.6	Enunciados de súmula vinculante e das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional	245
3.3	Os precedentes judiciais e o julgamento monocrático de recursos pelo relator.....	249
3.3.1	Julgamento monocrático de <i>habeas corpus</i> e recurso em <i>habeas corpus</i> pelo Relator.....	260
3.4	Análise da (ir)retroatividade dos precedentes judiciais e cabimento de revisão criminal pela alteração jurisprudencial	262
	CONCLUSÃO.....	273
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281